



**X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE**

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO - SIRSSSE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ • CURITIBA, 7 a 10 de novembro de 2011

## **AS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO E ESCOLA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULOXX, NO PARANÁ.**

Valquiria Elita Renk PUCPR  
[Valquíria.renk@pucpr.br](mailto:Valquíria.renk@pucpr.br)

Eixo: História da Educação

Agência Financiadora: não contou com financiamento

### **Resumo**

Neste trabalho pretende-se discutir como as políticas de branqueamento da população foram incorporadas nas escolas do Paraná, nas primeiras décadas do século XX. Estas políticas estavam ancoradas em teorias raciais vigentes no Brasil, desde os meados do século XIX. As questões a serem investigadas são: como as teorias raciais encontraram sustentação e aplicação nas escolas? Como fazer chegar aos caboclos e aos colonos as lições de higiene física e mental? As fontes de pesquisa são os Relatórios de Governo da década de 1920, a Revista *O Ensino*, publicada pela Diretoria da Educação do Paraná em 1922, os jornais escolares como a *Imprensa Escolar*, publicados pelas escolas do Paraná de 1939 a 1942, a *Revista Labor*, publicada pela Escola de Aprendizes de Artífices do Paraná de 1940 a 1942 e a *Revista Escoteiros do Brasil* de 1939. Os jornais escolares publicizavam a política do Governo Vargas, tinham um caráter nacionalista e ufanista. A revista *O Ensino* era dirigida aos professores das escolas públicas e dava visibilidade às políticas educacionais do Governo do Paraná. Estas fontes permitem que se compreenda como as políticas estatais de branqueamento e ‘civilizar’ as atitudes e os modos da população foram incorporadas nas escolas do Paraná. Desta forma a higiene e educação associaram-se na conformação e homogeneização da população, para disciplinar corpos e atitudes. Os discursos de eugênicos, formulados por médicos foram veiculados por juristas, pedagogos e filantropos e o professor, tal qual o missionário iria combater estes males para a conversão e produção do cidadão nacional: saudável, disciplinado, ordeiro, virtuoso e trabalhador. Moldar o cidadão nacional

**Palavras chave:** Estado. Políticas Públicas. Escolas

### **Introdução**

No século XIX estavam em discussão no Brasil as teorias de racistas para branquear a população e formar o cidadão nacional. Brevemente faremos alguns apontamentos, mas estas teorias eram de matriz européia ou norte americana. Estas teorias relativizavam as igualdades sociais e políticas, com argumentos ditos científicos, mesmo após a abolição ter concedido a condição de cidadão aos ex-escravos.

Com a população tão heterogênea, as teorias poderiam justificar a igualdade jurídica. (Visto que as características morais eram transmitidas biologicamente, segundo alguns teóricos) e desta forma os mestiços, no Brasil, longe de ser a solução, apresentavam-se como um problema, pois eram depositários de taras e defeitos decorrentes da herança biológica.

Assim, o controle social da população, que no século XIX se colocava com a necessidade do branqueamento da população, através da ‘importação’ de mão-de-obra branca, no século XX viria através das propostas e teorias eugênicas. Foucault(2002) analisa estas políticas eugênicas como coloca como as políticas de biopoder, implementadas pelo Estado para regular e controlar a população.

Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, a ‘redenção’ da nação seria pensada e organizada pelas políticas de saúde (entendidas como as políticas de higienização) e também a educação, onde os modelos de virtude, de corpo eram do homem branco, europeu. A Europa era a referência de civilidade a ser seguida. Mesmo que nos discursos se abordava a diversidade e miscigenação da população brasileira, na prática o ‘modelo’ era do homem de cor branca, pele clara, viril e não a população indígena ou afro descendente.

Mas, porque a igualdade não ocorria no Brasil? Pode-se pensar na eugenia de várias formas: primeiro, ela vinha para realçar as diferenças da população através da raça, baseada em pressupostos ditos científicos, redimensionando uma preocupação da elite brasileira, na época que era a periculosidade das classes pobres. Também a raça era percebida como fonte de degeneração racial “os estigmas da degeneração física que apresenta são comuns de sua raça; lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos” (prontuário de um paciente do hospital Juquery, IN MARQUES, 1994). Nesta perspectiva, a degeneração racial também era a fonte de degeneração moral, pois estes não controlavam seus instintos, aumentando a miserável prole.

Então, como seria possível ‘melhorar’ o povo? Como saneá-lo? Algumas soluções se apresentaram na época: a remodelação completa e definitiva do ‘tipo’ nacional; a propaganda cívica e a difusão de ideais patrióticos nas escolas e a política higiênica, que selecionará os indivíduos, tornando mais sólida a unidade racial.

Desta forma a higiene e a educação associaram-se na conformação e homogeneização da população, para disciplinar corpos e atitudes. Os discursos de eugênicos, formulados por médicos foram veiculados por juristas, pedagogos e filantropos.

### **A Escola e a República**

A República trazia o discurso de expansão do sistema escolar e na primeira metade do século XX não impedia que alunos negros e também os pobres freqüentassem a escola. A escola seria um dos veículos de ‘criar a raça’ e aperfeiçoar ‘a raça brasileira, tornando-a saudável, culturalmente européia, em forma física e nacionalista. Apesar das reformas educacionais, os intelectuais (Afranio Peixoto, Fernando de Azevedo, Belisário Penna e outros) ainda associavam a brancura da pele à força, saúde e virtude – valores preservados e reforçados na escola. O sonho do Brasil moderno, desenvolvido, passava pelos significados atribuídos à raça. Explicitamente não se abordava o quesito cor, mas, a moldagem do cidadão nacional tinha uma referência: a européia.

Era preciso dizer que para os educadores brasileiros a raça não era um fator biológico, mas as elites brasileiras equiparavam negritude à falta de saúde, a preguiça e à criminalidade. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade. (esta causa era abraçada por Gustavo Capanema, Lourenço Filho, Villa Lobos e outros). Poderia se ‘escapar’ à categoria social da negritude por meio da melhoria da saúde, nível de educação e cultura ou classe social, inversamente os ‘brancos’ podiam degenerar por meio dos vícios, das doenças e da pobreza.

Ainda, nos anos de 1930/1940, apesar dos intelectuais no Ministério da Educação e no Instituto de Pesquisas Educacionais negarem a existência de raças superiores e inferiores, mas, grupos sociais avançados ou atrasados em cultura, numa referência de que era possível medir o desenvolvimento cultural. Artur Ramos que dirigiu o serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisa educacional, negava as diferenças raciais, mas, isolou aspectos da cultura afro-brasileira, considerando-os como inferiores, considerados patológicos e necessários de serem eliminados. As crianças deveriam “evitar a influencia insidiosa do logro e da superstição. Combater essa ação lenta e invisível da macumba e do feitiço que se infiltra

em todos os atos da nossa vida. Olhar para a própria obra da sua formação espiritual, orientando-a aos influxos da verdadeira moral científica” (RAMOS, 1934, p. 7).

Para Ramos (1939) a higiene mental individual devia ceder lugar à higiene da raça com os métodos próprios desta nova ciência (Eugenia). Para ele o ‘mau desempenho na escola era causado pelas influencias poderosas de meios desajustados, de conflitos domésticos, de escorraçamento afetivo, de péssimos modelos a imitar, de fadiga em consequência de subnutrição e de trabalho’ (RAMOS, 1939, p. 10)

Nos anos de 1920, na escola haveria a ampliação da higienização das massas. Precisaria ser cunhada a criança saudável, com corpo apto, através dos saberes escolares, incluindo a educação física. A ginástica escolar tinha fins higiênicos e de fortalecimento dos corpos. Para o Inspetor de Ensino do Paraná, César P Martinez,

A Educação Física, considerada como base da educação moral e intelectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmônica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de acordo com as condições anatômicas e fisiológicas do educando.( ...) obra de aperfeiçoamento.(RELATÓRIO DE GOVERNO, 1921, p57)

Pode-se perguntar qual era este corpo/cidadão a ser moldado? Era um corpo que regenerasse a nação, não poderia ter vícios, preguiça, indolência e nem doenças. Deveria ser um corpo moldado para ser forte, saudável .... e que no dizer do mesmo Inspetor de Ensino, no Paraná, a infância deveria ser ‘robusta no físico e no moral promete uma nação forte’.

A escola seria o centro irradiador para a formação harmônica de corpo e espírito. O ‘saneamento pela educação’ – Apesar das diferenças raciais e sociais da população, percebidas como degenerescência ou doença, ou resultantes da indolência, da preguiça e do mau caráter dos brasileiros, a educação seria o instrumento cívico, de constituição e conformação do sujeito nacional. A Sociedade Brasileira de Educação –ABE defendia as teses de educação eugênica, defendendo a simbiose entre educação e educação moral. No Paraná, o Inspetor de Ensino Prieto Martinez, dizia:

Nunca podemos compreender a higiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliara gravidade dos males que o afligem, nem

como eles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem.  
(RELATÓRIO DE GOVERNO, 1923)

Caberia aos professores um papel destacado na irradiação da educação e das práticas higiênicas. A higiene começaria no prédio escolar (janelas amplas, arejados, paredes pintadas, iluminação, corpos eretos, mobiliário ergométrico), nos exames antropométricos e de saúde. (Inspeções médicas, pelotões de saúde) – que deveriam ser decisivas na ‘elevação da raça’. Em Curitiba edificaram-se os prédios dos Grupos Escolares, símbolo da modernização, segundo estes preceitos.

No período entre as Grandes Guerras, os médicos e os cientistas sociais usaram a escola como arena para as ações sociais. A educação elementar estava impregnada de noções de nacionalismo, saúde, higiene, forma física, canto orfeônico e treinamento pré-vocacional. São Paulo era a grande ‘vitrine’ das reformas educacionais, onde outros estados deveriam se espelhar. Estava se industrializando e representava naquele momento a modernidade e riqueza do país. Era preciso ‘embranquecer’ o comportamento e as condições sociais. O progresso de São Paulo passou a ser referência de modernidade, mesmo na educação, a construção dos Grupos Escolares, irradiados ao Brasil, tiveram início em São Paulo.

Os professores ensinavam aos alunos que ser parte da raça era a chave para a cidadania e para o sucesso. Na prática isso significava o ‘embranquecimento’ comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas.

O Estado Novo continuou e expandiram os programas e as práticas que lidavam com a raça. Criou o Ministério da Educação e Saúde, concebidas como intrinsecamente imbricadas.

### **Crianças saudáveis para uma sociedade saudável**

Ao chegar à escola as crianças entravam num ‘laboratório’, eram reguladas por uma bateria de exames psicológicos, físicos, médicos e outros. Nos anos Vargas, professores, pais e alunos eram ensinados a trabalhar juntos para realizar o ideal do futuro. Os eugenistas acreditavam que alunos brancos, ricos, eram mais qualificados e isso podia ser mensurado. Crianças mais pobres ou mais negras eram deficientes porque os testes indicavam. Os testes escolares que mediam a aprendizagem demonstravam que havia os alunos pobres e os muito pobres e que estes eram os que mais repetiam o ano.

Estes eram classificados como medíocres, de maus modos, agressivos, pelos seus professores. Estes alunos eram em sua maioria pobres e pretos. (DÁVILA, 2006)

O Ministério da Educação e Saúde, nos anos Vargas ‘abrasileirou’ os descendentes de imigrantes no sul do Brasil. No Paraná, desde a década de 20, os esforços eugênicos para a construção do cidadão estavam implementados. Muitos alunos eram descendentes de europeu, portanto de cor branca, portanto não havia como ‘branquear’ a sua cor, mas, sim seus modos e atitudes. Dizia o Inspetor de Ensino, Cezar P. Martinez, que era necessário levar a ‘civilização’ aos caboclos do litoral e aos filhos dos colonos do interior. O novo regime deu uma nova face ao nacionalismo eugênico do país. (Na escola comemorava-se o Dia da Raça)

Segundo o Inspetor de Ensino Prieto Martinez, “a vadiagem era o maior mal do nosso povo” e isso deveria ser sanado. Professores eram imprescindíveis nesta ‘cruzada’, principalmente as professoras normalistas que tinham aulas de higiene em seu currículo. Dizia o Inspetor Martinez que não era conveniente deixar um professor muitos anos num mesmo povoado, pelo fato de adaptar-se aos costumes locais, pois ali eles perdiam a energia para o estudo tornado-se verdadeiros sertanejos’ (RELATÓRIO DE GOVERNO 1923, p. 22). Esta fala é representativa no sentido de como as autoridades viam o homem do interior, e como as professoras não poderiam se ‘contaminar’ e tornarem-se sertanejas nos hábitos, na falta de vitalidade. Enfim a representação do sertanejo com o Jeca Tatu ainda era muito presente.

Ainda mais, os caboclos eram considerados pelo Estado como o símbolo da preguiça e da falta de vontade de trabalhar, conforme registraram os Relatórios de Governo

domina-os a preguiça, pesa sobre eles o labéu da indolência. ... É sabido que entre o nacional e o estrangeiro existe uma diferença enorme. O estrangeiro começa sua vida em condições precárias e logo vence e o caboclo (...) continua na sua palhoça, descalço, sem roupas, dormindo no chão.... (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1923, p. 18).

As representações do brasileiro não são muito distantes daquelas do final do século XIX, que viam-no como indolente, sem vigor, preguiçoso, e naquela época havia a necessidade de trazer trabalhadores brancos viris, fortes e com disposição para o trabalho. Ainda nos anos de 1920/40 no Paraná as representações da população cabocla

não eram muito distantes das referências aos trabalhadores nacionais. O Relatório de Governo, acima citado, traz implícitas as mesmas referências que existiam algumas décadas anteriores.

Portanto, no Paraná, as professoras normalistas tinham a missão de

reerguer nosso caboclo, ensinando-o a defender-se das doenças que o aniquilam e roubam-lhe a vontade do trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar da rendosa indústria da pesca e da lavoura que aí são tão promissoras... ‘ (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1924, p. 27).

O professor, tal qual o missionário irá combater estes males para a conversão e produção do cidadão nacional: saudável, disciplinado, ordeiro, virtuoso e trabalhador. Moldar o cidadão nacional. Perguntava a mesma autoridade de ensino, qual seria o papel da escola pública ante tal missão? Ensinar lições, lições de moral, saúde, para que o sujeito fosse ‘sanado’ física e moralmente. Ensinar-lhes as conveniências do uso de sapatos, de manter limpas mãos, olhos, unhas, cabelos, enfim, inculcar-lhes os hábitos de higiene, pois

o caboclinho deve formar a sua inteligência à luz de uma inteligência bem esclarecida (...) a higiene rural encontrará seu melhor auxiliar e a Pátria os meios eficazes para nacionalizar seus próprios filhos, energias dispersas as quais, constituirão força prodigiosa de incalculável valor econômico e cívico. (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1924, pg. 26).

Os professores tinham a missão de formar o cidadão nacional balizados nos princípios das ciências, da higiene e do patriotismo. Conforme idealizara o Inspetor Martinez, nos anos de 1920, era uma ‘Santa Cruzada’ pela alfabetização e pela produção de um novo cidadão nacional.

### **Os jornais escolares publicizam as políticas do Estado**

No Estado do Paraná há uma certa tradição em publicações de caráter pedagógica, desde o início do século XX. Em 1916, o Governo publicou a Revista *Casa do Lavrador*, destinado aos agricultores e às mães, com lições de cuidados com higiene, asseio, alimentos e atendimento aos filhos. Era uma forma de ensinar, além da

escola. Os agricultores e as mães, quando internalizassem as lições de higiene estariam produzindo uma nova condição de vida à sua família. Neste periódico as lições de higiene e cuidado com os alimentos, o corpo, os filhos pequenos, são inseridos em doses homeopáticas para que, aos poucos fossem internalizados pelos leitores.

Posteriormente, em 1922, a Diretoria Geral de Educação, publicou a *Revista Ensino*, dirigida aos professores. Nesta publicação havia lições de higiene, civismo de civismo e também as políticas governamentais para que os professores pudessem ensinar seus alunos. Esta publicação durou poucos números, mas, apresentava a política do Estado para o ensino, para a nacionalização dos imigrantes e também o civismo. Era o Estado mostrando-se aos professores.

No Estado Novo, a escola deveria preparar as novas gerações a serviço do Estado Nacional. Na perspectiva ufanista, o Brasil daquela época precisava avançar para constituir a sua civilização. A educação brasileira tinha por fim preparar o nosso povo para o domínio definitivo do Brasil, ensinando a nossa gente a pensar e agir no nosso território, daí a importância da educação cívica, ensinando a amar, defender e honrar nossa pátria.

Nesta época foram publicados os jornais escolares, denominados de *Imprensa Escolar*. Cada escola tinha o seu jornal onde divulgava lições de patriotismo, civismo, a política do Estado Novo numa linguagem elogiosa ao regime em vigor. As imagens dos heróis nacionais e em especial do Presidente da República formavam o quadro de representações da Pátria.

A *Imprensa Escolar* é uma coletânea de jornais escolares, produzidas pelas escolas públicas e privadas, de 1939 a 1942. Nesses jornais, os alunos produziam textos, redações, poesias onde pudessem manifestar seu amor ao país. Cada escola tinha seu periódico, que era publicado em datas cívicas como 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro.

A *Imprensa Escolar* anunciava como eram importantes a infância e a juventude para o Estado Novo. A educação, o conforto, a responsabilidade do Estado e da família em garantir a sua formação são parte das crônicas deste periódico. Palavras de ordem eram *slogans* dos jornais: “Na infância está o futuro da pátria”, “Ama com fé e orgulho



a terra em que nasceste”, “Aos lampejos da razão desenvolve-se na escola um brilhante porvir”.

Outro periódico que circulou durante o Estado Novo, foi a Revista *Escoteiros do Brasil* era composto por artigos, poesias, textos referentes à importância do escotismo, ou mesmo ao Estado Novo e o Presidente da República. Foi publicado em Curitiba em 1938, pela Federação dos Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, trazendo a imagem do presidente Vargas estampada na primeira edição. Os textos reproduziam trechos do discurso de Vargas, enaltecendo o Estado Novo e também divulgando a importância da juventude como portadora do porvir, como por exemplo: “Forte e unido o Brasil marchará para diante”; “mobilizar riquezas e criar uma civilização própria”; “Estamos certos do grande trabalho que vai realizar nos lares, porque a palavra dos chefes instruindo e educando os jovens que amanhã dirigirão nossa querida PÁTRIA”. Esta revista propunha para as meninas o bandeirantismo como fator educacional.

Ainda, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná publicou de 1940 a 1947 o *Jornal Labor*, em 19 edições produzidas pelos professores e alunos da instituição, com teor ufanista com relação ao país, ao progresso e ao Estado Novo. Os textos, artigos e poesias enalteciam o Estado Novo, o presidente da república, o ministro da Educação, o interventor do Paraná e também o trabalho, a disciplina e a ordem. As capas dos números 1 até o 6 são padronizadas e apresentam ilustrações de autoridades e personalidades históricas, como Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, Manoel Ribas, Nilo Peçanha e Santos Dumont. A edição número 4 foi dedicada ao interventor Manoel Ribas e à política das escolas rurais do Paraná. Este número apresentou com grande destaque o ensino agrícola primário no Paraná, as escolas de trabalhadores rurais e escolas de pescadores.

Estes periódicos tinham o objetivo de divulgar o Estado Novo, e também contribuir na formação do cidadão nacional, através das lições de patriotismo e civismo. A infância e a juventude são as depositárias do futuro, desde que bem encaminhadas.

### **Para concluir**

Considerando que o Paraná é um Estado que recebeu milhares de imigrantes europeus desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, cabe à escola em especial incrementar as políticas estatais de conduzir estes alunos, filhos de colonos e caboclos em sua maioria às luzes da civilidade. As políticas de branqueamento da população, no Paraná, seriam políticas de higienização principalmente da população rural, visto que a grande maioria tinha a pele branca. Não fazia sentido ‘branquear’ a população descendente de imigrantes europeus (brancos), mas, sim evitar que os maus hábitos se avultassem. Deveriam ser descartadas as práticas sociais e culturais da população cabocla, negra ou indígena e desta forma moldar os modos dos jovens, ‘branquear’ as suas atitudes. Os Exames de saúde, psicológicos e fisiológicos a que os alunos eram submetidos nas escolas, eram o acompanhamento e detalhamento das políticas oficiais de moldar o cidadão nacional. Portanto, na escola as crianças aprendiam as melhores virtudes de um cidadão, como as lições de saúde física e moral, combater a preguiça e os vícios, enfim seriam transmitidas aos seus pais. Observa-se que as políticas de Estado, e o biopoder encontram na escola um campo fértil para as suas ações. A higiene e a educação contribuíram na homogeneização da população.

### REFERÊNCIAS

D’ÁVILA, J. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FOUCAULT, m. **História da sexualidade**. Vol. 3. São Paulo; Graal, 2002.

MARQUES, V.R.B. **A medicalização da raça** – médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

RAMOS, A.: a hygiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Cia Editora nacional, 1939

\_\_\_\_\_. **A família e a escola** (Conselhos de Higiene mental aos pais). Série D – Vulgarização. Rio de Janeiro: oficina gráfica do departamento de Educação do Distrito federal, 1934.

RENK, V.E. **Aprendi português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Curitiba: UFPR, TESE DE DOUTORADO, 2009.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

### FONTES DOCUMENTAIS

PARANÁ. RELATÓRIOS DE GOVERNO – INSPETORIA DE ENSINO DO PARANÁ. Curitiba, 1921, 1922, 1923 e 1924.

IMPrensa ESCOLAR. Curitiba, 1939-1942

REVISTA LABOR. Curitiba, 1940-1942.

REVISTA ESCOTEIROS DO BRASIL. Curitiba, 1939.

REVISTA O ENSINO. Curitiba, 1922